

Redução de cuidados de enfermagem no ACES Douro Sul

4 Janeiro, 2019

Apesar da nossa intervenção junto das entidades competentes os doentes dependentes continuam sem cuidados de Enfermagem de Reabilitação no domicílio no ACES Douro Sul.

Apesar da nossa intervenção junto do CH Trás-os-Montes e Alto Douro – do Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) do Douro Sul – e da Ministra da Saúde, há já um mês atrás, o silêncio da tutela manteve-se.

As enfermeiras que estavam no ACeS Douro Sul, em mobilidade por “Cedência de Interesse Público” cedidas por este Centro Hospitalar, tiveram que regressar à instituição de origem, desfalcando os cuidados de saúde primários numa região desfavorecida e com carências graves na oferta de cuidados de saúde à população.

Foi já no mês de novembro que colocámos a situação à ARS Norte e à Ministra da Saúde, alertando para a necessidade de se encontrar uma solução em tempo útil.

Entretanto, reunimos com a Direção Executiva do ACeS Douro Sul e colocámos a questão junto da administração do CH Trás os Montes e Alto Douro.

Mesmo havendo interesse das partes (enfermeiras e instituições) para que a mobilidade fosse prorrogada e o Orçamento do Estado publicado no Diário da República, a 31 de dezembro, permitir tal prorrogação, a situação não se resolveu.

E não se resolveu, apenas e só, porque a tutela não autorizou a contratação de 2 enfermeiros pelo CH Trás-os-Montes e Alto Douro para as substituir aquelas colegas. Ou seja, a tutela (ARS Norte e Ministério da Saúde), não teve disponibilidade nem vontade para resolver uma situação de tão fácil de resolução.

Foi esta a “prenda” de Natal que a Ministra da Saúde quis dar à população do Douro Sul?

Relembrar ainda que a cessação da mobilidade por cedência de interesse público destas enfermeiras, colocou, por exemplo, os utentes da Unidade de Cuidados na Comunidade de Lamego sem cuidados ao domicílio, uma vez que uma delas era a única com a Especialidade de Reabilitação e que estava a desenvolver este projeto que, por esta razão, ficou suspenso.

Nota enviada à comunicação social a 4 de janeiro de 2019.